

OSVALDO MOREIRA DOUAT

Os perigos da âncora cambial

O debate em torno dos rumos da política de estabilização tem se acirrado e crescem os indícios de que o governo, após enviar ao Congresso uma proposta de ajuste fiscal, dará início a um processo de desindexação da economia. Dentre as diversas formas que este processo pode assumir, aumentam as expectativas em torno da utilização da taxa de câmbio como elemento central da estratégia de estabilização.

Nos últimos dois anos, a política cambial vem procurando manter um nível estável para a taxa de câmbio real. Apesar disso, as dificuldades de indexação em um contexto de aceleração inflacionária têm provocado uma pequena, porém contínua, tendência de valorização cambial. Utilizando-se o Índice de Preços por Atacado da Indústria como deflator, a taxa de câmbio efetiva, que mede a competitividade do cruzeiro real em relação a uma cesta de moedas de países com expressiva participação nas exportações brasileiras, acumula até outubro deste ano uma defasagem de 10% em relação à média observada em 1992.



Câmbio para combater à inflação, ameaça inserção internacional

Apesar deste movimento observado na taxa de câmbio da recuperação na demanda interna verificada ao longo do ano corrente e da lenta reativação das economias desenvolvidas, as exportações brasileiras vêm apresentando um desempenho bastante satisfatório, tendo acumulado um valor de US\$ 29 bilhões nos primeiros nove meses de 1993, o que representa um crescimento de 12% em relação a igual período do ano anterior. Este crescimento tem sido sustentado pelo setor industrial que responde por 75% do total das exportações brasileiras e resulta, em grande parte, do esforço da indústria nacional em buscar ganhos de eficiência e produtividade, ampliando suas condições de competitividade no mercado internacional.

É importante ressaltar que o comportamento das exportações tem desempenhado fundamental papel, atenuando os efeitos recessivos da estratégia de estabilização, e evitando o aprofundamento do nível de desemprego na economia.

Uma mudança indevida no rumo da política cambial que impli-

que o uso do câmbio como instrumento de combate à inflação preocupa o setor industrial na medida em que, ao introduzir uma distorção na paridade cambial, poderá ameaçar a continuidade dos resultados até então obtidos, comprometendo o objetivo de aumentar a inserção internacional da economia brasileira. Além disso, eventuais ganhos no front inflacionário seriam obtidos à custa de perdas nos postos de emprego.

A manutenção de um câmbio sobrevalorizado ameaça a competitividade interna e externa industrial, uma vez que não só estimula o crescimento das importações mas, principalmente, constitui um viés antiexportador, reduzindo o papel das exportações como elemento indutor do crescimento econômico e como fonte sustentável de financiamento da expansão das importações em um quadro de abertura dos regimes comerciais.

As experiências de adoção da taxa de câmbio como âncora nos processos de estabilização latino-americanos têm imposto um ônus elevado aos setores competitivos destas economias e resultado em graves desequilíbrios na balança comercial destes países. Na Argentina, o Plano Cavallo permanece em vigor, tendo como base a paridade fixa peso argentino/dólar norte-americano estabelecida desde abril/91, enquanto no México o Pacto para a Estabilidade e Cres-

cimento Econômico (Pece) mantém a desvalorização previamente anunciada do peso como elemento importante para contenção da inflação.

O saldo comercial argentino acusou uma drástica reversão de 1991 para 1992, passando de um superávit de US\$ 3,7 bilhões para um déficit de US\$ 2,6 bilhões. O déficit comercial mexicano vem mantendo uma trajetória ascendente, tendo registrado em 1992 o expressivo valor de US\$ 18,8 bilhões.

Estes aspectos, intensamente debatidos por ocasião da última reunião do Conselho Permanente de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reforçam a preocupação que se torna ainda mais aguda quando se considera que a indústria brasileira se encontra em um processo de adaptação ao novo ambiente competitivo decorrente do processo de liberalização de importações.

Uma valorização da taxa de câmbio real implica um aumento da exposição da produção nacional à concorrência estrangeira, além do nível pretendido com a redução das alíquotas do imposto de importação.

■ Osvaldo Moreira Douat é presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e do Conselho Permanente de Integração Internacional da CNI.